A emigração portuguesa para o Reino Unido: da livre circulação ao pós-Brexit

Inês Vidigal, Sofia Vilhena, Joana Azevedo e Cláudia Pereira *

Resumo: As migrações entre Portugal e o Reino Unido intensificaram-se nas últimas décadas, num contexto de profundas transformações políticas e institucionais. Este artigo analisa a população portuguesa residente no Reino Unido com base em dados estatísticos sobre população como stock populacional, fluxos de entrada, aquisição de nacionalidade e remessas. Os resultados evidenciam a consolidação da residência permanente de portugueses, o aumento das qualificações e as estratégias de estabilização adotadas face ao Brexit. Em complemento, aborda-se a presença crescente de britânicos em Portugal, revelando dinâmicas de mobilidade cruzada. O artigo contribui para uma leitura atualizada das relações migratórias luso-britânicas e para a compreensão do papel da emigração portuguesa num contexto europeu em reconfiguração.

Palavras-chave: Migração portuguesa, diáspora, população portuguesa residente no Reino Unido

A presença portuguesa no Reino Unido tem vindo a ganhar expressão nas últimas décadas, tornando-se uma das geografias mais relevantes da emigração portuguesa contemporânea. Paralelamente, a permanência de cidadãos britânicos em Portugal tem registado uma evolução significativa, revelando a crescente densificação dos laços migratórios entre os dois países. Estas mobilidades bilaterais, ainda que assimétricas, refletem transformações

* Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL).

mais amplas no espaço europeu e exigem um olhar atento sobre os seus contornos, ritmos e implicações.

A relevância deste fenómeno tornou-se particularmente visível na última década, tanto pelo crescimento dos fluxos como pelo impacto de acontecimentos como a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), que reconfiguraram as condições jurídicas, institucionais e simbólicas da mobilidade. A necessidade de compreender estas mudanças, a partir de dados atualizados e de uma análise multidimensional, justifica a pertinência do presente artigo.

Este artigo tem como objetivo principal traçar um retrato atualizado e analiticamente informado da presença portuguesa no Reino Unido, articulando diferentes dimensões estatísticas que permitam compreender a evolução, os perfis e os comportamentos migratórios desta população. Com base em dados oficiais provenientes de censos, registos administrativos e fontes nacionais e britânicas, são analisados os seguintes eixos: a evolução da população residente, as dinâmicas de entrada, os processos de aquisição de nacionalidade e o envio de remessas. De forma complementar, analisa-se a presença britânica em Portugal. Através desta abordagem, procura-se contribuir para uma compreensão mais fina das mobilidades luso-britânicas, refletindo sobre os seus significados sociais e políticos, bem como sobre os desafios que colocam à governação das migrações num contexto europeu em reconfiguração.

Revisão da literatura – a população portuguesa no Reino Unido

Emigração portuguesa para o Reino Unido

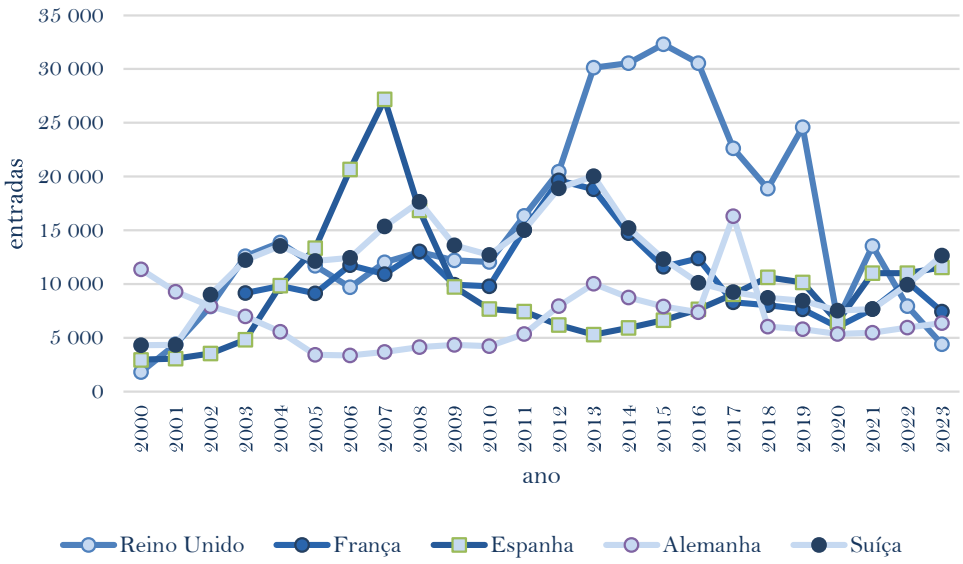
Um dos aspetos mais notórios sobre os portugueses residentes no Reino Unido é a escassez de estudos específicos sobre esta emigração (Almeida, 2007; Almeida e Corkill, 2010; Pereira, 2015; Vidigal, Azevedo e Góis, 2023). A emigração portuguesa para este destino, enquanto fenómeno de grande dimensão, é relativamente recente (Almeida, 2007; Pereira e Azevedo, 2019). Durante as grandes vagas de saída do século XX, o Reino Unido foi um destino marginal, representando apenas 0,2% dos fluxos entre 1961 e 1970 (Peixoto et al., 2016), e contando na década de 1970 com cerca de 16 650 portugueses (Serrão, 1986). Embora os portugueses se tenham começado a estabelecer desde meados do século XX, sobretudo em Londres, os números eram residuais em comparação com os grandes destinos de emigração, como a França e a Alemanha (Almeida, 2007; Almeida e Corkill, 2010).

É apenas a partir da década de 1990, e sobretudo nas duas primeiras décadas do século XXI, que o Reino Unido se consolida como destino central da emigração portuguesa. Este crescimento coincide com períodos de contração da economia portuguesa e europeia, em parte relacionados com a crise de 2008 e com a introdução do euro (Almeida e Corkill, 2010; Carrapico, 2023; Pereira e Azevedo, 2019). No plano europeu, os portugueses foram a segunda nacionalidade que mais cresceu entre 2001 e 2011, ficando apenas atrás da Polónia (Pires et al., 2016). O crescimento foi especialmente intenso entre 2010 e 2013, anos de crise financeira e austeridade, tornando o Reino Unido, até 2020, o principal destino da emigração portuguesa intraeuropeia (Peixoto et al., 2016). Se na primeira década do século XXI o principal destino da emigração portuguesa foi Espanha, na segunda década foi o Reino Unido, vide Figura 1,

(Peixoto et al., 2016). A partir daí, a pandemia e o Brexit diminuíram a sua relevância.

Figura 1

A entrada de portugueses na Alemanha, Espanha, França, Reino Unido e Suíça, 2000-2023

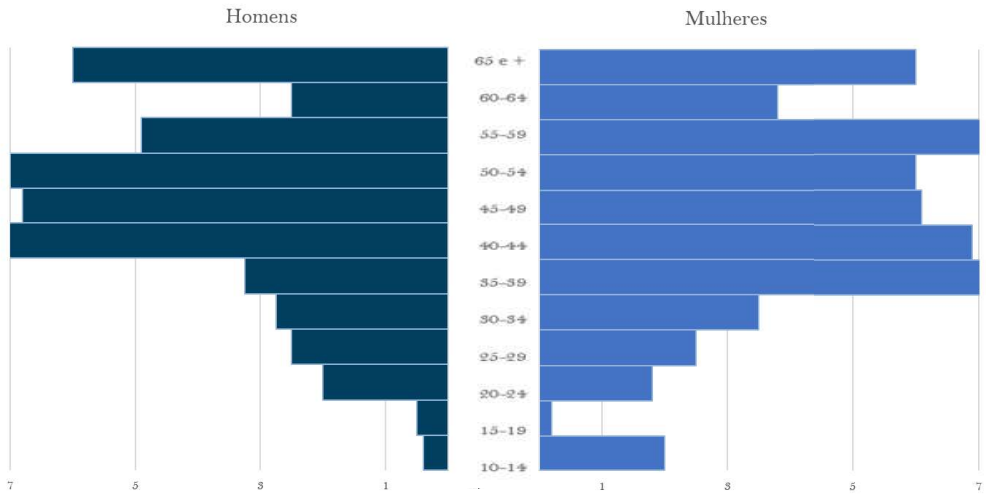


Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, dados dos institutos de estatística nacionais dos países de destino.

Deste modo, o Reino Unido insere-se na fase mais recente da emigração portuguesa, cuja população se caracteriza pela sua juventude e crescimento acelerado até 2020 (Pereira e Azevedo, 2019; Pires et al., 2025). Inserida no sistema migratório do sul europeu, esta vaga reflete fluxos intensificados da periferia europeia em direção aos países mais ricos da Europa ocidental, sobretudo Reino Unido e França, em resposta às crises políticas e financeiras (Pereira e Azevedo, 2019).

Figura 2

Pirâmide de idades e sexo dos emigrantes portugueses no Reino Unido, 2020

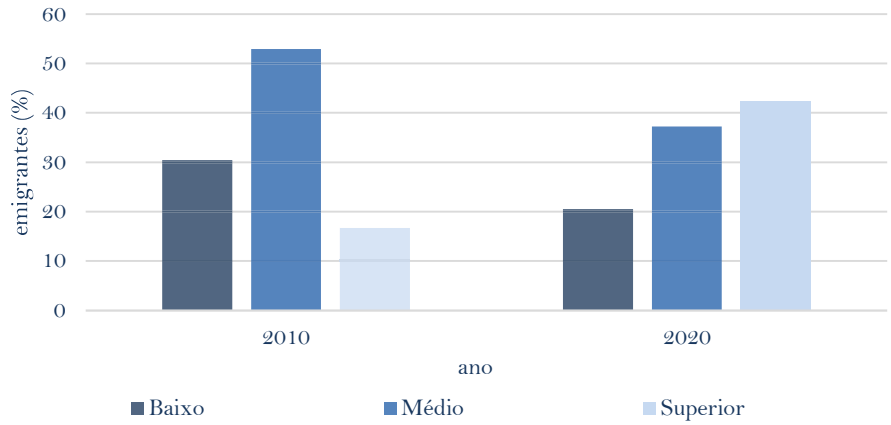


Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, dados de Office for National Statistics.

Os estudos revelam uma população heterogénea, inicialmente concentrada em grandes áreas urbanas e em setores de baixa qualificação, mas hoje mais dispersa geograficamente e com maior diversidade de perfis (Almeida, 2007; Almeida e Corkill, 2010; Vidigal, Azevedo e Góis, 2023).

Figura 3

Qualificações dos emigrantes portugueses no Reino Unido, em percentagem, 2010 e 2020

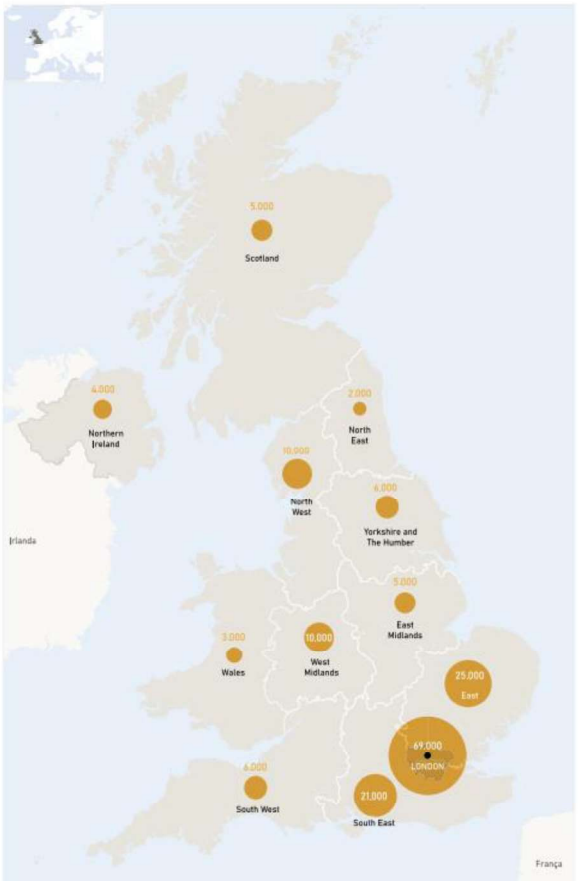


Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, dados de Office for National Statistics.

Embora a maioria mantenha baixas qualificações, o Reino Unido destaca-se como o destino de emigração com maior proporção de emigrantes altamente qualificados. Segundo dados da DIOC (Base de Dados sobre Imigrantes nos Países da OCDE) de 2011, os emigrantes altamente qualificados representavam 38% no Reino Unido, face a 11% na OCDE, com destaque para enfermeiros e cientistas (Pereira e Azevedo, 2019; Pires et al., 2025). Cerca de metade dos portugueses no Reino Unido residem na região de Londres.

Figura 4

Nascidos em Portugal a residir no Reino Unido, por região, 2020



Fonte: Pires et al., 2023, p. 49.

Ferro (2018) identifica dois grandes perfis: uma emigração tradicional, composta por indivíduos mais velhos, estabelecidos e com baixas qualificações; e uma nova vaga, mais jovem, qualificada e cosmopolita, com estratégias de integração mais flexíveis e uma mobilidade mais fluída. Enquanto os primeiros preservam uma imagem conservadora da comunidade – associada ao ideal do

português trabalhador e cumpridor –, e maior ligação ao enclave étnico, os segundos articulam identidades étnicas e cosmopolitas, num processo de assimilação segmentada (Ferro, 2018).

Apesar destas diferenças, é possível identificar elementos comuns: manutenção de laços de proximidade com Portugal, através de festas, visitas frequentes, contacto regular com familiares e amigos, e acompanhamento da realidade nacional (Almeida e Corkill, 2010; Ferro, 2018; Peixoto et al., 2016). O regresso a Portugal é, também, pouco frequente, ocorrendo sobretudo entre homens, jovens e mais qualificados, motivados por razões emocionais e afetivas e não tanto por insatisfação no Reino Unido (Pereira e Azevedo, 2019; Vidigal, Azevedo e Góis, 2023). Verifica-se também uma grande convergência em torno das motivações de saída, sendo estas sobretudo de natureza económica e profissional – desemprego, baixos salários e falta de perspetivas futuras em Portugal, e de escolha do Reino Unido – maior integração no mercado de trabalho, salários mais altos, conhecimento da língua e o desejo cosmopolita por novas experiências (Ferro, 2018; Peixoto et al., 2016; Vidigal, Azevedo e Góis, 2023).

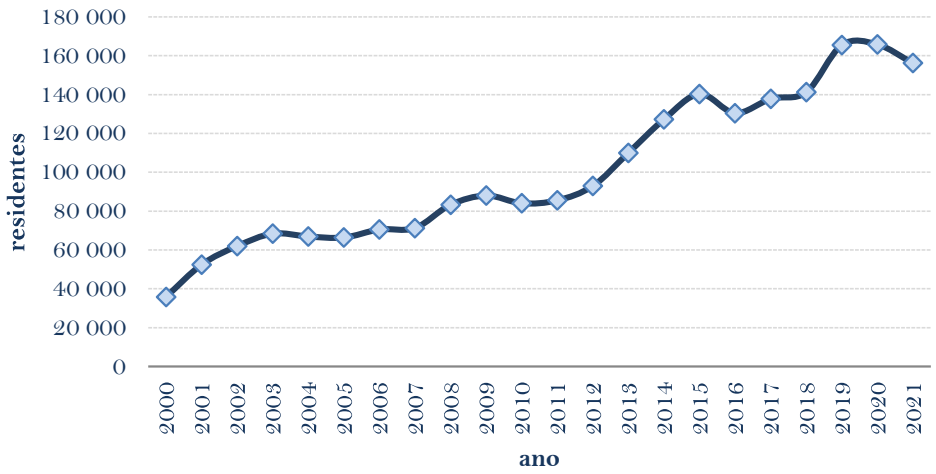
Impacto do Brexit na emigração portuguesa

O referendo de 2016 foi recebido como um choque, sobretudo por migrantes europeus que viam na livre circulação um direito fundamental. No entanto, a imigração era percebida como o problema central pela opinião pública britânica (Carrapico, 2023; Rocha, Mcgarrigle e Esteves, 2020). Após a vitória do *Leave*, implementou-se o *EU Settlement Scheme*, garantindo direitos de residência através dos estatutos *settled* e *pre-settled*, mas com redução de alguns direitos, como o voto e a mobilidade futura (Carrapico, 2023). Entre a população europeia a residir no Reino Unido, estabeleceu-se um clima de insegurança e

ansiedade, pautado por um sentimento de rejeição, sobretudo entre migrantes mais jovens e qualificados, mais valorizadores da cidadania europeia e com maior propensão a considerar novas migrações (Rocha, Mcgarrigle e Esteves, 2020).

Figura 5

Nascidos em Portugal residentes no Reino Unido, 2000-2021



Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de Office for National Statistics.

No caso português,[1] a resposta ao Brexit chegou, num primeiro momento, sob o aumento temporário das entradas em 2019, associado à perceção de que a regularização se tornaria mais difícil, bem como um crescimento dos pedidos de nacionalidade britânica, que aumentaram 231%

[1] Do lado dos governos português e britânico, foi assinada em 13 de junho de 2022 a UK–Portugal *Joint Declaration on Bilateral Cooperation*, que visou reforçar a proteção dos cidadãos portugueses no Reino Unido e dos cidadãos britânicos em Portugal. Disponível em: https://www.gov.uk/government/publications/uk-portugal-joint-declaration-on-bilateral-cooperation (último acesso em 30 de setembro de 2025).

entre 2016 e 2019, com base nos dados do governo britânico. A partir de 2020 os fluxos diminuíram fortemente (Vidigal, Azevedo e Góis, 2023). Entre os portugueses, o Brexit foi recebido com ansiedade e tristeza, reportando-se também maior discriminação e episódios de xenofobia (Carrapico, 2023). Registam-se algumas diferenças na resposta ao Brexit de acordo com o perfil dos emigrantes. A desilusão e frustração com o Brexit foram sentidas de forma mais intensa entre a população mais jovem, qualificada e valorizadora da sua cidadania europeia, associada a uma mobilidade mais fluída, mais propensa a uma nova migração. Em contrapartida, os mais velhos e menos qualificados mostraram maior aceitação, em parte devido a menor informação sobre os seus direitos e à perceção de outros migrantes como concorrência laboral (Carrapico, 2023).

Apesar da consternação, a maioria optou por permanecer no Reino Unido. Estudos indicam que até 2019 cerca de metade pretendia ficar e essa proporção aumentou para mais de 70% após 2021 (Rocha, Mcgarrigle e Esteves, 2020). Nalguns casos, a deslocalização de empresas decorrente do Brexit determinou a circulação de portugueses para outros destinos como os Países Baixos. O regresso a Portugal continua a ser pouco provável e, quando ocorre, as circunstâncias são idênticas às já mencionadas, prendendo-se com motivações familiares e emocionais e não por insatisfação com o seu processo migratório (Vidigal, Azevedo e Góis, 2023).

Em termos estruturais, o Brexit reduziu a atratividade do Reino Unido: o país deixou de ser o principal destino da emigração portuguesa, passando em 2023 para sexto lugar, atrás de Suíça, França, Espanha, Alemanha e Países Baixos (Pires et al., 2025). Entre 2022 e 2023 registou-se uma quebra de 40%

das novas entradas de portugueses, o segundo valor mais baixo das últimas duas décadas.

A População Portuguesa no Reino Unido: retrato estatístico

A presença portuguesa no Reino Unido tem vindo a adquirir uma expressão crescente nas últimas décadas, não apenas em termos quantitativos, mas também na sua complexidade sociodemográfica e territorial. Esta secção propõe uma leitura estatística e analítica da população portuguesa residente no Reino Unido, com base em diferentes fontes oficiais, permitindo identificar padrões de crescimento, transformação e adaptação. A análise incide sobre aspetos como a evolução populacional, as dinâmicas de entrada, a aquisição de nacionalidade e o envio de remessas.

Composição e evolução da população portuguesa residente

A população portuguesa residente no Reino Unido registou um crescimento acentuado entre 2001 e 2021, sobretudo na sequência da crise económica iniciada em 2008 e aprofundada em 2011, acompanhando os fluxos migratórios portugueses mais amplos nesse período. Segundo os censos britânicos, residiam no Reino Unido cerca de 36 300 portugueses em 2001. Esse número mais do que duplicou até 2011, atingindo 92 000 indivíduos, e voltou a crescer significativamente na década seguinte, ascendendo a 164 758 em 2021, incluindo o valor da Escócia, recolhido no recenseamento de 2022. Esta evolução revela uma consolidação do Reino Unido como destino migratório relevante para os portugueses ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, marcada por um padrão de instalação sustentado no tempo e por uma diversificação interna dos perfis migrantes.

A análise da distribuição geográfica interna mostra uma concentração persistente da população portuguesa na região de Londres, onde residiam, em 2021, 56 965 indivíduos nascidos em Portugal. Embora esta região continue a constituir o principal polo de atração da população, a sua importância relativa diminuiu face a 2011: se nesse ano Londres representava 44,5% do total de portugueses no país, em 2021 esse peso desceu para 36,4%. Este dado sugere uma crescente dispersão territorial da população portuguesa, com uma deslocação não tanto para regiões periféricas ou rurais, mas sobretudo para zonas adjacentes à capital. As regiões do South East (25 576) e do East of England (22 404), que circundam Londres e mantêm fortes ligações infraestruturais e económicas com a cidade, absorveram uma parte substancial deste crescimento. Tal redistribuição pode estar relacionada com fatores como o aumento dos custos de habitação em Londres, a procura de melhor qualidade de vida ou a instalação de redes de emprego e suporte comunitário nestas regiões, mantendo a proximidade funcional ao centro metropolitano.

A estrutura por sexo da população portuguesa no Reino Unido manteve-se relativamente equilibrada ao longo dos três censos. Em 2001, as mulheres representavam uma ligeira maioria (52,1%). Em 2011, a distribuição tornou-se praticamente paritária, e em 2021 observava-se novamente uma discreta predominância feminina (50,7%). Esta estabilidade no equilíbrio de género poderá refletir, por um lado, dinâmicas de migração familiar e, por outro, a presença significativa de mulheres em setores de forte recrutamento migrante, como o trabalho doméstico, saúde humana e apoio social, e os serviços de limpeza, sobretudo em fases anteriores do ciclo migratório.

A estrutura etária da população portuguesa no Reino Unido tem sido marcada por uma predominância de indivíduos em idade ativa, mas com

mudanças subtis ao longo do tempo. Em 2001, o grupo etário entre os 15 e os 39 anos representava 54,4% da população portuguesa, valor que desceu ligeiramente para 52,2% em 2011 e para 49,4% em 2021. Esta redução relativa poderá estar associada ao envelhecimento da primeira geração de migrantes que chegou nas décadas anteriores, bem como à diversificação das idades dos novos fluxos migratórios. Simultaneamente, observa-se um aumento significativo do grupo entre os 40 e os 64 anos, que passou de 28,2% em 2001 para 29,5% em 2011 e atingiu 33,7% em 2021. Esta tendência reforça a ideia de envelhecimento progressivo da população portuguesa residente, ainda que dentro da faixa etária economicamente ativa. A percentagem de crianças e jovens com menos de 15 anos manteve-se relativamente estável, oscilando entre 11,0%, em 2021, e 12,7%, em 2011, sugerindo alguma estabilização das migrações familiares com filhos. Por fim, a população com mais de 65 anos permaneceu residual ao longo das duas décadas, crescendo ligeiramente em termos absolutos, mas mantendo uma proporção constante em torno dos 5,6% a 5,9% do total. Este perfil etário confirma a centralidade da idade ativa nos fluxos migratórios portugueses para o Reino Unido, mas aponta também para um envelhecimento gradual da população já residente.

A composição por níveis de instrução evidencia uma transformação importante no perfil da população. Os dados disponíveis para 2010 e 2020 indicam um aumento significativo da proporção de pessoas com formação superior, de 16,7% para 42,3%, e uma redução paralela dos níveis baixos de escolaridade, de 30,4% para 20,5%. Esta reconfiguração do perfil educativo pode ser interpretada à luz de duas tendências interligadas. A população portuguesa residente em Portugal tornou-se, em geral, mais qualificada ao longo das últimas décadas, o que significa que os próprios emigrantes passaram a dispor,

em média, de níveis de escolaridade mais elevados. Neste contexto, o Reino Unido atraiu, particularmente na década de 2010, uma nova vaga de emigrantes portugueses jovens e altamente qualificados, em setores como a engenharia, as tecnologias da informação, a saúde ou o ensino, em parte facilitada pelo regime de livre circulação de trabalhadores no espaço da União Europeia até ao Brexit.

Os dados recolhidos permitem delinear uma população portuguesa numericamente significativa, em expansão, territorialmente menos concentrada do que no passado e com um perfil educativo em transformação. Esta evolução traduz dinâmicas de mobilidade marcadas por adaptações às oportunidades e constrangimentos do contexto britânico, revelando estratégias de instalação, circulação e permanência que se desenrolam num quadro político e institucional em mudança, nomeadamente no período pós-Brexit.

Dinâmicas de entrada de portugueses no Reino Unido

Os dados relativos às inscrições de cidadãos portugueses na segurança social britânica (*National Insurance Number – NINo*) entre 2000 e 2024 oferecem uma visão detalhada sobre as transformações nas dinâmicas migratórias entre Portugal e o Reino Unido nas últimas duas décadas. Este indicador constitui uma *proxy* robusta da intensidade migratória anual, ao registar todos os indivíduos que entram no país com intenção de trabalhar, estudar ou aceder a serviços sociais.

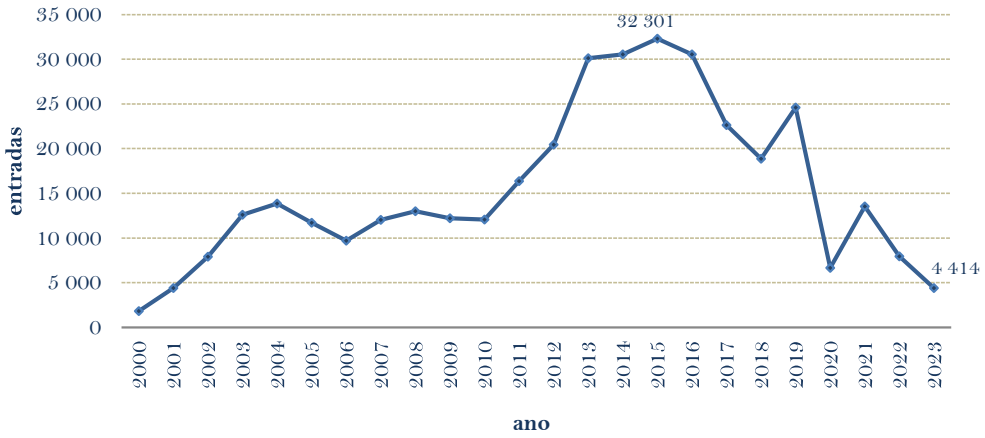
Durante a década de 2000, os fluxos migratórios de portugueses para o Reino Unido foram relativamente modestos, com números anuais que raramente ultrapassavam os 15 000 registos. A tendência alterou-se de forma expressiva a partir de 2011, num contexto de profunda crise económica e financeira em Portugal, com o resgate externo e a aplicação de medidas de

austeridade. Entre 2011 e 2016, registou-se um aumento acentuado das entradas, atingindo-se o pico em 2015 com mais de 32 000 novos registos. Esta intensificação resultou tanto da degradação das condições de vida e emprego em Portugal como da procura de mão de obra por parte da economia britânica, em setores como a hotelaria, a construção e os serviços, mas também em áreas altamente qualificadas como a saúde, a engenharia ou a investigação científica. O recrutamento de profissionais portugueses, nomeadamente enfermeiros e médicos, para o *National Health Service* (NHS), reflete essa abertura do mercado britânico a perfis mais qualificados durante este período.

O referendo sobre o Brexit, em 2016, marca uma viragem na trajetória migratória. Embora o número de entradas se tenha mantido elevado nos dois anos seguintes, começou a desenhar-se uma tendência de decréscimo. Com a saída formal do Reino Unido da União Europeia em 2020 e a introdução de um novo sistema de imigração baseado em pontos, os fluxos diminuíram drasticamente. A pandemia de COVID-19 contribuiu ainda mais para esse declínio: em 2020, registaram-se apenas 6 665 entradas, e embora tenha havido uma recuperação temporária em 2021 (13 558), os valores voltaram a cair nos anos subsequentes, atingindo apenas 2 766 entradas em 2024. Em termos relativos, os portugueses passaram a representar menos de 0,5% do total de entradas no país — uma queda acentuada face aos máximos de 4,9% registados em 2013.

Figura 6

Entradas de portugueses no Reino Unido, 2000-2023



Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de Office for National Statistics.

A análise da distribuição por sexo revela uma evolução significativa no perfil migratório português ao longo do período em análise. Em 2002, apenas 37,8% dos portugueses que se inscreviam na segurança social britânica eram mulheres. Esse valor aumentou de forma progressiva ao longo das duas décadas seguintes, atingindo a paridade em 2020 (50%) e superando ligeiramente os homens em 2024, com 50,9% das entradas. Esta feminização gradual dos fluxos pode ser interpretada à luz de múltiplos fatores, incluindo a diversificação dos setores de recrutamento no Reino Unido, o aumento da qualificação das mulheres portuguesas, bem como a crescente autonomização das suas trajetórias migratórias. O recurso à migração como estratégia individual de mobilidade profissional e realização pessoal, particularmente em áreas como a saúde, os cuidados e os serviços, parece ter contribuído para este reequilíbrio estrutural, que contrasta com a masculinização mais acentuada observada em fases anteriores da emigração portuguesa.

A distribuição etária dos portugueses que se registaram na segurança social britânica entre 2000 e 2024 revela uma predominância clara de indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 39 anos. Esta faixa etária concentrou, na maioria dos anos, mais de 70% das entradas, sublinhando o carácter marcadamente jovem e ativo da migração portuguesa para o Reino Unido. Trata-se maioritariamente de jovens adultos em início ou consolidação da vida profissional, em busca de melhores condições de trabalho e de valorização das suas qualificações. A partir de 2016, contudo, observa-se um crescimento relativo da faixa dos 40 aos 59 anos, sinalizando tanto o envelhecimento progressivo dos fluxos como a atratividade do Reino Unido para trabalhadores mais experientes, designadamente em áreas técnicas e profissionais. Por outro lado, os menores de 18 anos representaram sempre uma fração muito reduzida do total de entradas — abaixo dos 5% até 2023 — o que indica que a migração de menores não acompanhados ou de jovens estudantes não constitui um traço marcante da presença portuguesa no país, sendo os movimentos familiares com crianças pouco expressivos à entrada.

Por fim, a comparação com outras populações europeias no mesmo período confirma a especificidade da trajetória portuguesa. Países como a Polónia e a Roménia registaram volumes migratórios para o Reino Unido substancialmente superiores ao longo de todo o período — mais de 1,7 milhões de entradas polacas desde 2000 e cerca de 1,2 milhões de romenos — enquanto Portugal ocupou posições intermédias, com cerca de 370 mil entradas acumuladas. No entanto, o padrão português caracteriza-se por uma maior concentração temporal dos fluxos, fortemente condicionados por eventos como a crise do euro e o Brexit, o que contrasta com fluxos mais contínuos e sustentados de outras nacionalidades.

Em suma, a análise das entradas de portugueses no Reino Unido entre 2000 e 2024 revela a existência de um ciclo migratório intenso, mas marcado por forte sensibilidade a fatores económicos e políticos. As flutuações nos volumes, a diversidade dos perfis etários e profissionais e a posterior retração dos fluxos ilustram a vulnerabilidade e a adaptabilidade da mobilidade portuguesa face às transformações estruturais do regime migratório britânico e ao contexto europeu mais alargado.

Aquisição da nacionalidade britânica por cidadãos portugueses

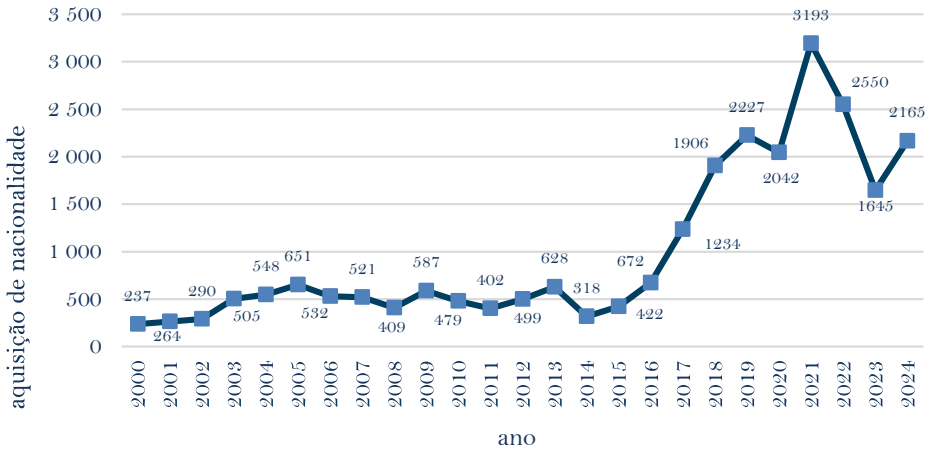
A evolução das aquisições de nacionalidade britânica por cidadãos portugueses ao longo das últimas duas décadas oferece uma perspetiva complementar sobre os processos de integração e sedimentação da migração portuguesa no Reino Unido. A análise destes dados permite observar como fatores externos — nomeadamente a crise económica portuguesa e, sobretudo, o referendo ao Brexit e suas consequências — influenciaram a forma como os emigrantes passaram a encarar a sua permanência e estatuto jurídico no país de acolhimento.

Durante grande parte da década de 2000 e até meados da década de 2010, o número de portugueses que adquiriam a nacionalidade britânica manteve-se residual. Em 2015, por exemplo, apenas 422 portugueses adquiriram a cidadania, o que representava 0,4% do total de nacionalizações atribuídas no país. Esta tendência está relacionada com o regime de livre circulação de pessoas no seio da União Europeia, que oferecia um conjunto de direitos quase equiparados aos dos cidadãos britânicos — acesso ao mercado de trabalho, à saúde, à educação e à proteção social — sem necessidade de naturalização.

Contudo, a partir de 2016, ano do referendo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia, observa-se uma inflexão clara. O número de nacionalizações atribuídas a portugueses mais do que duplicou entre 2016 (672) e 2017 (1 234), mantendo-se desde então em níveis significativamente mais elevados do que no período anterior. O pico foi atingido em 2021, com 3 193 naturalizações — um valor quase oito vezes superior ao de 2015 — coincidindo com o término do período de transição do Brexit e o encerramento do prazo para o registo no *EU Settlement Scheme*.

Figura 7

Aquisições de nacionalidade por portugueses residentes no Reino Unido, 2000-2024



Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de Office for National Statistics

Esta aceleração pós-Brexit pode ser interpretada como uma resposta estratégica por parte dos migrantes portugueses face à crescente incerteza quanto aos seus direitos de residência, trabalho e mobilidade. A aquisição da nacionalidade passou, assim, a ser percecionada não apenas como um gesto

simbólico de integração, mas como uma ferramenta de proteção jurídica num contexto de retração dos direitos associados à cidadania europeia.

Nos anos mais recentes (2022–2024), os números mantiveram-se elevados em termos históricos, embora com alguma oscilação — 2.550 nacionalizações em 2022, 1 645 em 2023 e 2 165 em 2024. Esta estabilização relativa poderá indicar que parte substancial dos emigrantes portugueses elegíveis optou por se naturalizar nos anos imediatamente posteriores ao Brexit, enquanto novos fluxos, bastante mais reduzidos após 2020, ainda não atingiram o tempo de residência necessário para requerer a nacionalidade.[2]

Em termos relativos, os portugueses representaram entre 1% e 1,7% do total de nacionalizações concedidas no Reino Unido entre 2017 e 2024 — uma proporção modesta, mas significativa, tendo em conta o peso histórico da comunidade e o novo contexto regulatório. O recurso à nacionalização revela, neste sentido, uma adaptação ativa da população portuguesa às transformações do regime migratório britânico, assumindo a cidadania como mecanismo de continuidade e segurança face a um ambiente institucional mais restritivo e incerto.

Remessas entre o Reino Unido e Portugal

As remessas monetárias enviadas pelos emigrantes portugueses a partir do Reino Unido constituem um indicador relevante da sua ligação económica, afetiva e social com Portugal. A análise das transferências realizadas entre 2000 e 2024 revela não apenas a evolução do volume absoluto das remessas, mas

[2] Por norma, a nacionalidade britânica pode ser requerida após cinco anos de residência no Reino Unido. Para conhecer todas as situações aplicáveis, consulte: https://www.gov.uk/british-citizenship

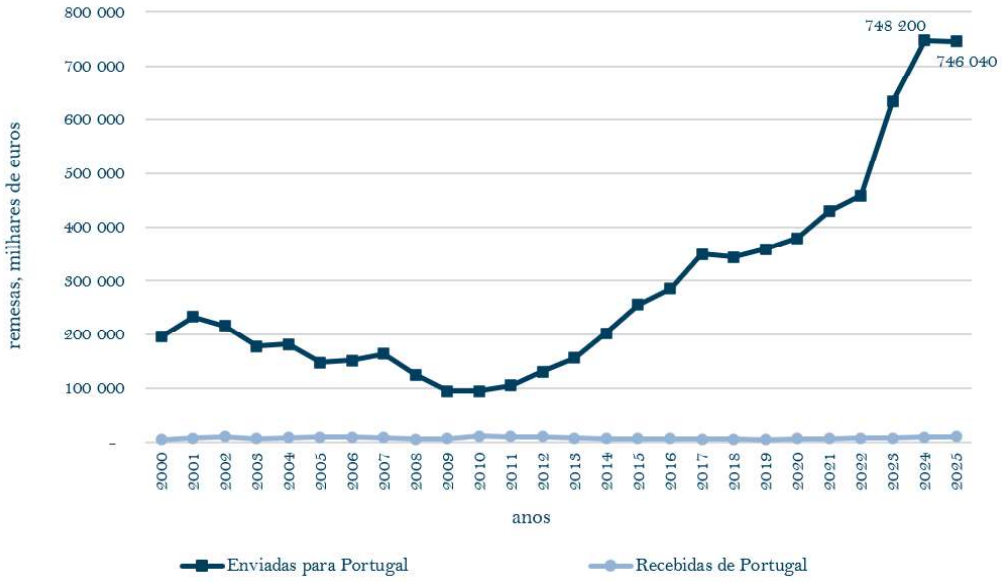
também o seu significado enquanto expressão da presença migrante portuguesa e da sua integração nos mercados laborais britânicos.

Entre 2000 e o final da década de 2010, o volume anual de remessas enviadas do Reino Unido para Portugal oscilou entre os 100 e os 300 milhões de euros. A partir de 2015, observa-se uma trajetória de crescimento sustentado, refletindo o alargamento da população portuguesa no Reino Unido e, simultaneamente, a estabilização de segmentos migrantes com maior capacidade de poupança e transferência. Este crescimento tornou-se ainda mais visível nos anos seguintes ao referendo do Brexit, com aumentos significativos em 2021, 429 milhões de euros, e em 2023, 634 milhões de euros. Em 2024, o valor das remessas atingiu um novo máximo histórico: 718,8 milhões de euros (Observatório da Emigração,2025).

Este reforço das transferências poderá estar associado a vários fatores combinados. Por um lado, a incerteza quanto ao futuro estatuto de residência após o Brexit pode ter incentivado muitos emigrantes a transferir mais recursos para Portugal, como forma de assegurar poupanças ou preparar um eventual regresso. Por outro lado, a consolidação de trajetórias migratórias de longa duração, com inserção no mercado de trabalho e acesso a rendimentos mais estáveis, pode explicar a crescente capacidade de envio de remessas por parte de portugueses residentes no Reino Unido.

Figura 8

Remessas enviadas para Portugal e recebidas de Portugal, 2000-2025



Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, dados de Banco de Portugal.

Em contrapartida, as remessas enviadas de Portugal para o Reino Unido — sobretudo por cidadãos britânicos residentes em Portugal — mantiveram-se em níveis muito mais reduzidos durante todo o período em análise. Em 2024, estas remessas atingiram 7,5 milhões de euros, o que representa um rácio de 96:1 em relação às remessas portuguesas. Esta assimetria reflete não só a diferença de escala entre as populações nacionais nos dois países, mas também os perfis distintos das suas presenças: enquanto a emigração portuguesa para o Reino Unido é maioritariamente laboral, a presença britânica em Portugal tende a estar associada à aposentação, turismo residencial e mobilidades com menor impacto económico direto.

No conjunto das remessas recebidas em Portugal enviadas pelos seus emigrantes, o Reino Unido tem-se afirmado, ao longo da última década, como o terceiro principal país de origem, a seguir à França e à Suíça. Esta posição, embora inferior em termos relativos quando comparada com as comunidades históricas estabelecidas naqueles dois países, reflete a crescente importância do Reino Unido enquanto destino da emigração portuguesa, sobretudo a partir de 2010. O lugar que este país passou a ocupar entre os principais emissores de remessas confirma não apenas a consolidação da presença portuguesa em território britânico, mas também a persistência de laços materiais, familiares e simbólicos com o país de origem — uma das marcas fundamentais das migrações contemporâneas.

Assim, a análise das remessas permite compreender não apenas o impacto económico da emigração, mas também os modos como os migrantes constroem e mantêm as suas relações transnacionais. Neste sentido, as remessas funcionam como um marcador da estabilização da presença portuguesa no Reino Unido e das estratégias de reprodução familiar e económica que atravessam os dois territórios.

A imigração britânica em Portugal: uma perspetiva complementar

A presença de cidadãos britânicos em Portugal conheceu, nas últimas duas décadas, um crescimento gradual e cumulativo, com uma aceleração particularmente marcada a partir da segunda metade da década de 2010. Os dados disponibilizados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e pela Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) revelam que, entre 2000 e 2015, o número de britânicos residentes em Portugal se manteve relativamente

estável, oscilando entre os 15 000 e os 17 000 indivíduos. A partir de 2016, contudo, observa-se um aumento contínuo da população britânica residente, que quase triplicou até 2020, atingindo cerca de 46 000 pessoas. Esta evolução coincide com o referendo sobre o Brexit, sugerindo que a incerteza sobre o futuro estatuto de residência no espaço europeu poderá ter incentivado a formalização ou intensificação de mobilidades já existentes, nomeadamente de cidadãos britânicos com segundas residências em Portugal ou com laços familiares e económicos no país.

O impacto do Brexit tornou-se particularmente visível nos dados referentes à concessão de títulos de residência. Em 2015, Portugal atribuiu cerca de 1 866 títulos a cidadãos britânicos. Em 2019, esse número já ascendia a 8 353, atingindo um pico de 13 154 em 2020 — ano em que terminou o período de transição do Brexit. Este movimento sugere um esforço deliberado por parte de muitos britânicos para regularizarem a sua situação migratória antes da implementação do novo regime de mobilidade entre o Reino Unido e a União Europeia.

Ainda que em 2021 se observe uma queda abrupta na atribuição de novos títulos (417), os anos seguintes voltam a evidenciar um volume significativo de regularizações (2 994 em 2022 e 7 365 em 2023), possivelmente associado a processos administrativos pendentes e à continuação da migração de britânicos para Portugal já no novo quadro legal. O crescimento sustentado da população residente reforça esta leitura: entre 2016 e 2023, o número de britânicos a viver em Portugal passou de cerca de 19 000 para mais de 47 000 pessoas. Este aumento poderá também estar parcialmente relacionado com a atratividade do Regime do Residente Não Habitual (RNH), criado pelo Decreto-Lei n.º

249/2009, que estabeleceu um regime fiscal especial favorável a residentes estrangeiros em Portugal.

A importância relativa desta população no contexto migratório português é igualmente relevante. Em 2023, segundo o *Relatório de Migrações e Asilo* da AIMA,[3] o Reino Unido era a quarta nacionalidade mais representada entre os estrangeiros residentes em Portugal, ficando apenas atrás do Brasil, Angola e Cabo Verde – e constituindo, assim, a primeira população europeia em termos absolutos. No que diz respeito à concessão de títulos de residência nesse mesmo ano, os cidadãos britânicos integravam o *top 10* das nacionalidades com mais autorizações atribuídas, sendo a segunda europeia, logo após a Itália.

Do ponto de vista territorial, em 2021, a população britânica residente em Portugal encontra-se fortemente concentrada no distrito de Faro, que sozinho acolhe cerca de metade (49,5%) de todos os residentes britânicos no país. Esta predominância do Algarve confirma a centralidade histórica da região como destino preferencial de britânicos, tanto para fins de residência permanente como de mobilidade residencial associada ao turismo e à aposentação. O distrito de Lisboa surge em segundo lugar (21,6%), seguido de Leiria (5,8%), Coimbra (4,8%) e Madeira (2,9%). Estes cinco territórios concentram mais de 84% da população britânica residente. Em contraste, os distritos do interior e do norte do país – como Bragança, Vila Real, Évora ou Portalegre – registam presenças muito residuais, com valores que não ultrapassam os 0,5% em cada caso. Esta distribuição reflete padrões de instalação ligados à atratividade climática, infraestruturas turísticas, redes pré-existentes e acessibilidade internacional, reforçando a ideia de que a presença

[3] https://aima.gov.pt/media/pages/documents/92dd0f02ea-1726562672/rma-2023.pdf, acedido a 29/07/2025.

britânica se estrutura em torno de geografias seletivas com forte capital simbólico e económico.

Estes dados revelam que a presença britânica em Portugal, embora distinta da tradicional emigração portuguesa para o Reino Unido, não é apenas residual ou turística, assumindo cada vez mais contornos de mobilidade estruturada e permanente.

Considerações finais

A análise realizada permite retirar um conjunto de conclusões relevantes sobre a mobilidade luso-britânica, em especial sobre a população portuguesa residente no Reino Unido. Os dados evidenciam um processo contínuo de crescimento e consolidação desta população ao longo das últimas duas décadas, marcado por um aumento expressivo da sua dimensão, uma diversificação dos perfis sociodemográficos e uma tendência clara para a estabilização da residência. Os portugueses que emigraram para o Reino Unido após 2008 apresentaram, em média, níveis de qualificação mais elevados, maior equilíbrio de género e uma forte concentração em faixas etárias ativas, revelando uma mudança no perfil histórico da emigração portuguesa.

O Brexit constituiu um momento de rutura nas dinâmicas migratórias entre os dois países. O impacto deste evento foi múltiplo: por um lado, levou a uma redução dos fluxos de entrada de novos emigrantes portugueses; por outro, intensificou estratégias de fixação e proteção jurídica por parte dos que já residiam no país, como se comprova pelo aumento sem precedentes da aquisição da nacionalidade britânica. A intensificação das remessas nesse período pode ser interpretada como uma estratégia de proteção ou preparação para cenários

incertos, revelando também a persistência dos laços transnacionais com Portugal.

O Reino Unido consolidou-se, nos últimos anos, como um dos principais destinos da emigração portuguesa, ocupando um lugar de destaque nas remessas recebidas em Portugal. Este dado confirma não apenas o volume da população, mas também o seu enraizamento económico no país de origem, contrariando leituras centradas na ideia de desvinculação ou rutura. Em paralelo, a imigração britânica em Portugal, embora distinta em motivações e perfis, cresceu de forma significativa, contribuindo para reforçar os vínculos bilaterais e revelando as múltiplas direções da mobilidade contemporânea.

Estas conclusões têm implicações importantes. Do ponto de vista da política externa portuguesa, sublinham a necessidade de consolidar mecanismos de apoio às populações emigradas, sobretudo num contexto pós-Brexit em que os direitos dos cidadãos portugueses dependem de enquadramentos nacionais. Do ponto de vista científico, o caso português no Reino Unido mostra-se particularmente fértil para refletir sobre temas como a integração de migrantes intraeuropeus, a reconfiguração dos regimes de cidadania e os impactos concretos da desintegração europeia.

Este estudo, baseado em fontes estatísticas oficiais, procurou contribuir para uma leitura atualizada e estruturada da mobilidade luso-britânica. No entanto, apresenta também algumas limitações. A análise quantitativa não permite captar a complexidade das experiências individuais, nem explorar em profundidade os processos subjetivos de mobilidade, identidade e pertença. Além disso, a ausência de dados sobre estatuto legal, tempo de permanência, condições laborais ou aspirações futuras limita a compreensão mais fina dos percursos migratórios. Revela-se igualmente pertinente aprofundar os

impactos laborais, particularmente nos segmentos menos qualificados, bem como os percursos de desemprego e as trajetórias de retorno, de modo a permitir uma análise mais abrangente das dinâmicas e consequências desta mobilidade.

Futuras investigações poderão, assim, beneficiar de metodologias qualitativas ou mistas, centradas em histórias de vida, estudos de caso ou abordagens etnográficas, capazes de iluminar os significados que os migrantes atribuem às suas trajetórias. Seria igualmente relevante aprofundar o estudo das relações intergeracionais, da mobilidade de regresso, da circularidade e da presença digital das populações no estrangeiro.

Em síntese, o retrato aqui traçado mostra uma população portuguesa no Reino Unido em expansão, mais qualificada e integrada do que em períodos anteriores, mas também mais vulnerável aos efeitos de mudanças políticas profundas como o Brexit. O estudo desta população permite não apenas compreender melhor uma das principais geografias da emigração portuguesa contemporânea, mas também refletir sobre os desafios que se colocam às políticas migratórias e à governação da mobilidade num contexto europeu em mutação.

Referências

Almeida, J. C. P. (2007). Citizens of the World: Migration and Citizenship of the Portuguese in the UK. *Portuguese Studies*, 23(2), 208–229.

Almeida, J. C. P., & Corkill, D. (2010). Portuguese Migrant Workers in the UK: A Case Study of Thetford, Norfolk. *Portuguese Studies*, 26(1), 27–40.

Carrapico, H. (2023). We're All EU Citizens, But Some Are More Migrants Than Others' The Impact of Brexit on the Portuguese Community Residing in the United Kingdom. Em C. Berberich (Ed.), *Brexit and the Migrant Voice: EU Citizens in post-Brexit Literature and Culture* (1.a ed., pp. 46–64). Taylor and Francis. https://doi.org/10.4324/9781003148357

Ferro, A. R. (2018). Viver em Little Portugal Discursos sobre identidade entre emigrantes portugueses residentes em Londres (4; OEm Working-Paper). www.observatorioemigracao.pt

Observatório da Emigração (2025), Países, Reino Unido, A.6. Remessas, em Website, Observatório da Emigração. https://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=76

Peixoto, J., Oliveira, I. T., Azevedo, J., Marques, J. C., Góis, P., Malheiros, J., & Madeira, P. M. (2016). *Regresso ao Futuro: A Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa* (G. Valente, Ed.). Gradiva.

Pereira, C. (2015). *Vidas Partidas. Enfermeiros Portugueses no Estrangeiro*, Lusidacta.

Pereira, C., & Azevedo, J. (2019). *New and Old Routes of Portuguese Emigration* (C. Pereira & J. Azevedo, Eds.). IMISCOE Springer.

Pires, Rui Pena, Inês Vidigal, Cláudia Pereira, Joana Azevedo e Carlota Moura Veiga (2023), *Atlas da Emigração Portuguesa*, Lisboa, Mundos Sociais.

Pires, R. P., Vidigal, I., Pereira, C., Azevedo, J., & Moura Veiga, C. (2025). *Emigração Portuguesa 2024: Relatório Estatístico.*

Rocha, R. X., Mcgarrigle, J., & Esteves, A. (2020). O Brexit e os emigrantes portugueses no Reino Unido. Em *OEm Working Papers* (7; OEm Working-Papers). www.observatorioemigracao.pt

Serrão, J. (1982). *A Emigração Portuguesa* (4th ed.). Livros Horizonte.

Vidigal, I., Azevedo, J., & Góis, P. (2023). Retorno espontâneo do Reino Unido: O efeito Brexit, a saudade, os novos desafios. Em J. C. Marques & P. Góis (Eds.), *O Regresso de Emigrantes no Portugal Contemporâneo* (pp. 177–204). Almedina.